CÂMARA MUNICIPAL DE COIMBRA

PUBLICAÇÃO DOS EXTRATOS DAS DELIBERAÇÕES AUTÁRQUICAS E DECISÕES DOS RESPETIVOS TITULARES COM EFICÁCIA EXTERNA (N.º 1 E 2 DO ARTIGO 56.º,DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO). A LEITURA DESTES EXTRATOS NÃO DISPENSA A CONSULTA DOS PROCESSOS RESPETIVOS.

DELIBERAÇÕES DA REUNIÃO DO EXECUTIVO MUNICIPAL DE 16 DE OUTUBRO DE 2023

RECURSOS HUMANOS

Deliberação n.º 1695/2023 (Processo 76288):
Procedimento Concursal Comum para ocupação de 2 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Higiene Urbana em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
Aprovada a abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 2 postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Higiene Urbana em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado

Deliberação n.º 1696/2023 (Processo 76290):
Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Condução de Veículos em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
Aprovada a abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Condução de Veículos, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Deliberação n.º 1697/2023 (Processo 76983):
Reserva de Recrutamento Interna – Proposta de contratação, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado – 3 Assistentes Operacionais, da área funcional de Apoio Educativo
Aprovado o recrutamento de 3 postos de trabalho, previstos e não ocupados no Mapa de Pessoal em vigor, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Apoio Educativo, para o Departamento de Educação e Saúde, com recurso à reserva de recrutamento interna constituída para ocupação de idênticos postos de trabalho, na sequência do Procedimento concursal comum, para constituição de reserva de recrutamento para ocupação futura de postos de trabalho da carreira/categoria de Assistente Operacional, na área funcional de Apoio Educativo, publicitado na Bolsa de Emprego Público com o código OE202211/0817.

Deliberação n.º 1698/2023 (Processo 76277):
Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, na área funcional de Ambiente, em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado
Aprovada a abertura de Procedimento Concursal Comum para ocupação de 1 posto de trabalho da carreira/categoria de Técnico Superior, na área funcional de Ambiente em regime de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Deliberação n.º 1699/2023 (Processo 77046):
Proposta de Mapa Pessoal 2024
Aprovado o Mapa de Pessoal da Câmara Municipal de Coimbra para o ano de 2024, com os fundamentos da informação n.º 77046, de 11/10/2023, da Diretora do Departamento de Recursos Humanos; Enviado à Assembleia Municipal para análise e votação.

FINANCEIRO

Deliberação n.º 1701/2023 (Processo 75551):
Alteração ao Orçamento n.º 22 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 25/2023) – Conhecimento
Tomado conhecimento do despacho do Presidente de 09/10/2023, que aprovou a 22.ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 999.167,88 € de reforços de anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (PO-CAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais, no cumprimento do n.º 2 do artigo 19.º - Instrução de processos de modificações orçamentais, das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação n.º 1702/2023 (Processo 76476):
Alteração ao Orçamento n.º 23 (Modificação aos Documentos Previsionais n.º 26/2023) – Conhecimento
Tomado conhecimento do despacho do Presidente de 10/10/2023, que aprovou a 23.ª Alteração aos Documentos Previsionais no valor total de 1.206.274,00 € de reforços no Orçamento da Receita e de 1.265.921,26 € de reforços e de 59.647,26 € de anulações no Orçamento da Despesa, com o devido enquadramento legal, nos termos da Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) do Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas – SNC-AP, do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL) e da Secção II (Modificações Orçamentais) das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra, justificando-se pelas propostas dos serviços municipais, no cumprimento do n.º 2 do artigo 19.º - Instrução de processos de modificações orçamentais, das Normas para a Execução Orçamental para 2023 da Câmara Municipal de Coimbra.

Deliberação n.º 1703/2023 (Processo 7561):
SMTUC – 8.ª Alteração Orçamental e 4.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos – Conhecimento
Tomado conhecimento do despacho do Presidente de 09/10/2023 que aprovou a 8.ª Alteração ao Orçamento dos SMTUC/2023 e 4.ª Alteração ao Plano Plurianual de Investimentos no valor de 359.600,00 €.

Deliberação n.º 1704/2023 (Processo 65166):
Pedido de redução do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) – Maria Fernanda Veiga dos Reis Silva
Atribuído ao imóvel, com o artigo matricial n.º U 14504 Fração Autónoma Z (requerente e proprietária Maria Fernanda Veiga dos Reis Silva), a redução de 10% de IMI, por um período de 5 (cinco) anos, não renovável , produzindo efeito no período fiscal de 2023 a 2027, com o valor da despesa fiscal estimada de 315,83 € (trezentos e quinze euros e oitenta e três cêntimos) e comunicar-lhe a respetiva decisão, para dar continuidade ao processo de atribuição do benefício fiscal, na Autoridade Tributária e Aduaneira, em cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 44.º-B, do EBF.

EQUIPAMENTO RURAL E URBANO

Deliberação n.º 1705/2023 (Processo 74264):
Ladocativo, Lda. – Proposta de anulação da adjudicação definitiva do local de venda D19 – Mercado Municipal D. Pedro V
Anulada a adjudicação definitiva do local de venda identificado como D19 – Ladocativo, Lda., aprovada na Reunião de Câmara de 8 de maio de 2023, por falta de resposta do adjudicatário às notificações enviadas, designadamente a violação da alínea 3.23, relativamente à não entrega dos documentos necessários à conclusão do procedimento e 3.26, por não iniciar a atividade dentro do prazo estabelecido, nos termos aprovados e definidos no Edital n.º 54/2023 e Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Coimbra;
Aprovada a perda a favor do Município das importâncias entretanto pagas, tal previsão consta expressamente das alíneas 3.23 e 3.26 do Edital n.º 54/2023, no valor 45,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no total de 55,35€, correspondente a 30% do valor de adjudicação; Aprovada a anulação do valor remanescente, correspondente a 70% do valor de adjudicação, a liquidar contraentrega do Alvará, que nunca ocorreu, por incumprimento do estipulado na alínea 3.23. (falta de entrega dos documentos necessários à sua emissão).

Deliberação n.º 1706/2023 (Processo 74311):
KDPF – Proposta de anulação da adjudicação definitiva dos locais de venda B22 e B23 – Mercado Municipal D. Pedro V
Anuladas as adjudicações definitivas dos locais de venda identificados como B22 e B23 – a KDPF, aprovadas na Reunião de Câmara de 8 de maio de 2023, por falta de resposta do adjudicatário às notificações enviadas, designadamente a violação da alínea 3.23, relativamente à não entrega dos documentos necessários à conclusão do procedimento e 3.26, por não iniciar a atividade dentro do prazo estabelecido, nos termos aprovados e definidos no Edital n.º 54/2023 e Regulamento dos Mercados Municipais do Concelho de Coimbra; Aprovada a perda a favor do Município das importâncias entretanto pagas, tal previsão consta expressamente das alíneas 3.23 e 3.26 do Edital n.º 54/2023, no valor 60,00€ (30,00€/concessão) acrescido de IVA à taxa legal em vigor, no total de 73,80€, correspondente a 30% do valor de adjudicação; Aprovada a anulação do valor remanescente, correspondente a 70% do valor de adjudicação, a liquidar contraentrega do Alvará, que nunca ocorreu, por incumprimento do estipulado na alínea 3.23. (falta de entrega dos documentos necessários à sua emissão).

Deliberação n.º 1707/2023 (Processo 71690):
Empreitada de Reconstrução e Construção de Edifício "Casa das Talhas" – Rua Fernandes Tomás, n.º 58 a 66 – Revisão de Preços Ordinária/Provisória n.º 1
Aprovada a 1.ª revisão de preços ordinária/provisória no valor de 81.724,96€ mais IVA (86.628,46€). A este valor será descontado: - 8.172,50€ para reforço da caução; - 49,04€ para imposto de selo.

TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Deliberação n.º 1708/2023 (Processo 76331):
Acordo de Colaboração para a implementação de um sistema de bilhética de transportes públicos no território dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, entre o Estado, através do Ministério das Infraestruturas e o Município de Coimbra
Aprovado o "Acordo de Colaboração para a implementação de um sistema de bilhética de transportes públicos no território dos Municípios de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo" Corvo", a celebrar entre o Estado, através do Ministério das Infraestruturas, e o Município de Coimbra, com os pressupostos apresentados na informação técnica.

Deliberação n.º 1709/2023 (Processo 76335):
Reforço Extraordinário do PART referente ao 4.º trimestre de 2022 - Proposta de transferência de verbas para os SMTUC
Aprovada a transferência do valor de 1.206.274,00€ para os Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra, referente ao reforço extraordinário do financiamento do serviço público de transporte de passageiros no âmbito do Programa de Apoio à Redução Tarifária, relativo ao 4.º trimestre de 2022.

EDUCAÇÃO

Deliberação n.º 1711/2023 (Processo 76136):
Reabilitação da Escola Secundária José Falcão, em Coimbra – Procedimento tendente à celebração de Contrato Interadministrativo de Cooperação
Aprovada a proposta da Universidade de Coimbra, denominada "Elaboração do Projeto de Intervenção e Investigação para a Reabilitação da Escola Secundária José Falcão, Coimbra", datada de setembro de 2023, para o estabelecimento de cooperação com o Município de Coimbra, ao abrigo do n.º 5 do artigo 5.º e artigo 5.º-B do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação; Aprovada a minuta de "Contrato Interadministrativo de Cooperação entre o Município de Coimbra e a Universidade de Coimbra". Designado como gestor do contrato da parte do Município de Coimbra, que terá a função de acompanhar permanentemente a execução deste.

PATRIMÓNIO, CULTURA E CIÊNCIA

Deliberação n.º 1713/2023 (Processo 73756):
2.ª Edição do Job Summit do INOPOL_IPC
Isenta a INOPOL Academia de Empreendedorismo do Instituto Politécnico de Coimbra do pagamento de taxas, no valor de 4.543,45€ (acrescido de IVA), pela utilização das Salas Mondego, Almedina e Sofia do Convento São Francisco para a realização da 2.ª edição do "Job SUMMIT", no dia 23/04/2024, ao abrigo do n.º 2 do artigo 21 do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais.

Deliberação n.º 1714/2023 (Processo 77109):
Monumento de Homenagem a Monsenhor Nunes Pereira – Proposta de doação
Aceite a doação do Monumento de Homenagem a Monsenhor Nunes Pereira, da autoria do Arquiteto António Monteiro e do Artista Plástico José Maria Pimentel, no valor de 20.000€, ao abrigo da alínea j) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, proposta pela Comissão Pro-Monumento Monsenhor Nunes Pereira, a integrar no Património Artístico do Município de Coimbra, com agradecimento aos doadores, na circunstância, Comissão Pro-Monumento a Monsenhor Nunes Pereira, representada pela Arq.ª Isabel Anjinho.

TEMPOS LIVRES E DESPORTO

Deliberação n.º 1715/2023 (Processo 76181):
BEST-UC, Grupo Local da Universidade de Coimbra – Apoio Financeiro Municipal no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil para a Atividade Pontual 2023 (Edital n.º 239/2022) – Atividade "BEST Engineering Week (BEW)"
Atribuído um apoio financeiro municipal, no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo Juvenil para a Atividade Pontual 2023, no valor de 2.000,00€ (dois mil euros), ao BEST-UC, Grupo Local da Universidade de Coimbra, para a Atividade "BEST Engineering Week (BEW)", que terá lugar nos dias 28, 29 e 30 de novembro de 2023.

Deliberação n.º 1716/2023 (Processo 76067):
Caminhada "Pequenos Passos, Grandes Gestos" – 13.ª Edição – Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Centro – 14 de outubro de 2023
Ratificado, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, o despacho do Senhor Presidente, de 10/10/2023, que isentou a Liga Portuguesa Contra o Cancro – Núcleo Regional do Centro, promotora da iniciativa Caminhada "Pequenos Passos, Grandes Gestos" – 13.ª Edição, do pagamento de taxas municipais no valor total de 1.902,35€, ao abrigo do n.º 2 do artigo 21.º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais, por se considerar o relevante interesse público da ação, em conformidade com o parecer emitido pelo Departamento de Ação e Habitação Social, que referiu tratar-se de uma iniciativa que tem como objetivo consciencializar para a prevenção e diagnóstico precoce do cancro da mama, nomeadamente através do rastreio, e divulgar informação, e formas de apoio à mulher e família.

Deliberação n.º 1717/2023 (Processo 74111):
União Desportiva e Recreativa de Cernache – Apoio Financeiro no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio ao Desporto – RMAD 2021/2022 (Deliberação n.º 963/2023 de 19/12/2022)
Anulada a deliberação n.º 963/2022 tomada na Reunião da Câmara Municipal de Coimbra de 19 de dezembro de 2022, nos termos do n.º 2 artigo 165.º do C.P.A, respeitante à atribuição de apoio financeiro à União Desportiva e Recreativa de Cernache no valor de 3.000,00€, como contributo relativo ao apoio no âmbito do Regulamento Municipal de Apoio Desporto – RMAD 2021/2022.

Deliberação n.º 1718/2023 (Processo 75687):
Associação de Futebol de Coimbra – Estádio Municipal de Taveiro – 30 de novembro de 2023 – jogo de futebol feminino – PORTUGAL vs NORUEGA
Isenta a Associação de Futebol de Coimbra do pagamento de taxas, no valor de 450,00€, relativo à utilização do Estádio Municipal de Taveiro, no dia 30 de novembro de 2023, conforme previsto no n.º 2 do artigo 21 º do Regulamento Geral de Taxas e Preços Municipais (Regulamento n.º 307/2021), considerando de relevante interesse o evento do ponto de vista desportivo, económico e social para o Município de Coimbra.

SAÚDE

Deliberação n.º 1710/2023 (Processo 73077):
Alteração da Casa da Criança de Taveiro para a Extensão de Saúde de Taveiro e Abrigo de Emergência – Trabalhos complementares e a menos – Adicional n.º 3/Prorrogação de prazo de execução
Ratificado o despacho do Presidente de 09/10/2023, que aprovou: - Os trabalhos a menos no valor total de 6.091,70€ (s/ IVA incluído), nos termos do artigo 379.º do CCP; - Os trabalhos complementares, no valor total de 31.355,57€ (s/ IVA incluído), nos termos do artigo 370.º do CCP, com um prazo de execução de 70 dias, a contar da data de adjudicação, prevendo-se a conclusão em 12/12/2023; Sublinha-se que os trabalhos a mais, no valor total de 31.355,57€ (s/ IVA incluído), se prendem essencialmente: 1 - Inclusão de uma cadeira elevatória para acesso ao piso superior do edifício (15.974,40€ – s/IVA incluído); 2 - Instalação de rede de rega no espaço exterior de plantação de relvado (8 960,24€ - s/IVA incluído); 3 - Algumas Medidas de Autoproteção, para melhoria do nível da segurança e funcionamento do edifício (6.421,51€ - s/IVA incluído).
- A minuta de contrato anexo à proposta de trabalhos complementares e a menos.

AÇÃO SOCIAL

Deliberação n.º 1712/2023 (Processo 72828):
Protocolo de Parceria Rede Institucional das Adições de Coimbra (RIAC)
Aprovada a celebração do Protocolo de Parceria da Rede Institucional das Adições de Coimbra (RIAC) entre o Município de Coimbra e as Entidades que compõem a RIAC.

HABITAÇÃO

Deliberação n.º 1719/2023 (Processo 73954):
Reabilitação Energética no Bairro do Ingote, Lotes 8, 9, 10, 12, 13, 15, 17, 19, 20, 21, 22, 23, 24 e 25" – Resposta ao ofício com reg.º 15841, de 21/03/2023
Revogada a decisão de autorizar a revisão de preços extraordinária, que mereceu despacho do Senhor Presidente, de 30/12/2022, sobre a informação n.º 87885, de 22/12/2022, posteriormente ratificada em reunião da Câmara Municipal de 09/01/2023, através da deliberação n.º 992/2023, no valor de 346.977,26€ (s/ IVA) – sendo o valor a pagar 120.239,74€ (s/ IVA), descontada a 1.ª revisão de preços ordinária provisória, no valor de 226.737,52€ (s/ IVA) – face ao entendimento transmitido na informação da DAJC com o n.º 62800, de 21/08/2023; Aprovada a revisão de preços extraordinária definitiva, efetuada com a fórmula corrigida, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 36/2022, de 20 de maio, no valor de 511.121,56€ (s/ IVA) – sendo o valor a pagar de 284.384,04€ (s/ IVA), depois de descontada a 1.ª revisão de preços ordinária provisória, no valor de 226.737,52€ (s/ IVA), aprovada em Reunião de Câmara de 17/10/2022, através da deliberação n.º 816/2022, sobre a informação n.º 64823, de 23/09/2022 – com as retenções referidas.

Deliberação n.º 1720/2023 (Processo 73903):
Reabilitação 105 Habitações Municipais nos Bairros da Rosa e Ingote – 1.º Direito – Lote 4 e Lote 5 – Revisão de Preços Ordinária Provisória n.º 5
Aprovada a 5.ª revisão de preços ordinária provisória no valor de 28.603,77€ (s/ IVA), devendo ser deduzidas as importâncias faturadas nas revisões de preços provisórias anteriores, no valor de 25.378,35€ (s/ IVA), sendo o valor líquido a faturar de 3.225,42€ (s/ IVA).

Deliberação n.º 1721/2023 (Processo 74951):
Empreitada de "Reabilitação de 21 habitações no Bairro da Fonte do Castanheiro"
Ratificado o despacho do Presidente, de 11/10/2023, que: Aprovou/aceitou a lista com a pronúncia sobre os erros e omissões apresentados pelos interessados, do qual resulta um acréscimo de custo de 3.510,26 €, ou seja, uma percentagem de 0,12%, sem alteração do preço base, devendo ser, conforme o estipulado no n.º 8, do artigo 50.º do CCP, publicitada a decisão tomada; Aprovou a prorrogação do prazo para a apresentação de propostas por período equivalente ao tempo decorrido desde a publicação do anúncio do procedimento até à data de publicação da decisão de aceitação, de acordo com o preceituado no n.º 2.º do artigo 64.º do CCP; Autorizou o pagamento da despesa da publicitação do anúncio de prorrogação do prazo para apresentação de propostas no Diário da República, prevista na Requisição Interna n.º 652.

PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO

Deliberação n.º 1722/2023 (Processo 76390):
Estudo de Viabilidade de traçado da Variante à N17 entre o Nó de Ceira da A13 e Ponte Velha (Lousã), incluindo a Ligação de Vila Nova de Poiares ao IP3/IC6 – CIM-RC
Emitido parecer favorável ao "Estudo de Viabilidade da Variante à N17 – Entre o Nó de Ceira da A13 e a Ponte Velha (Lousã), incluindo a Ligação de Vila Nova de Poiares ao IP3/IC6", elaborado por iniciativa da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra, com a colaboração da "IP-Infraestruturas de Portugal, S.A.", uma vez que a solução apresentada representa a evolução do traçado concebido para a velocidade base de 90km/h, de forma a constituir uma verdadeira alternativa rodoviária à N17, permitindo uma ligação direta da zona este da cidade ao IP3, zona de Penacova.

Deliberação n.º 1723/2023 (Processo 76599):
Estudo Urbanístico para a Solum Sul – Casa Branca
Aprovado o estudo urbanístico para a Solum Sul – Casa Branca, a ser assumido como solução orientadora para futuras operações urbanísticas; Aprovada a abertura de um período de participação pública com a duração de 15 dias, a divulgar na comunicação social e página eletrónica do Município para a formulação de sugestões e apresentação de informações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do presente estudo.

ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E URBANISMO

Deliberação n.º 1724/2023 (Processo 74647):
Isenção do Pagamento de Taxas e Compensações (RMUE) – Artigo 91.º n.º 6/RMUE – 3.º trimestre de 2023
Tomado conhecimento da relação da isenção do pagamento de taxas e compensações (RMUE) relativa ao 3.º trimestre de 2023, em cumprimento do disposto no n.º 6 do artigo 91.º do Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação (Taxas e Compensações Urbanísticas de Coimbra) – RMUE.

EMPRESAS MUNICIPAIS

Deliberação n.º 1725/2023 (Processo 54195):
AC, Águas de Coimbra, E.M. – Relatório Económico-Financeiro – 1.º semestre de 2023
Tomado conhecimento do Relatório Económico-Financeiro do 1.º semestre de 2023 da AC – Águas de Coimbra, E.M. (que inclui os relatórios trimestrais), e respetivo parecer do Fiscal Único, para efeito do estatuído no n.º 1, alínea e) e f), do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto; Enviado à Assembleia Municipal para conhecimento.

Deliberação n.º 1726/2023 (Processo 71825):
Contrato de Cooperação Interadministrativa – Elaboração de Estudo Técnico, Económico e Financeiro de Viabilidade da Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água, dos Sistemas de Drenagem de Águas Pluviais e da Recolha de Resíduos Sólidos Domésticos nos Municípios de Coimbra, Condeixa-a-Nova, Mealhada e Miranda do Corvo – Procedimento adjudicatório do contrato administrativo de aquisição de serviços
Aprovada a "Minuta do Contrato de Cooperação Interadministrativa, a celebrar entre Municípios de Coimbra, Condeixa-a-Nova, Mealhada e Miranda do Corvo e a AC – Águas de Coimbra, E.M., para a elaboração de Estudo Técnico, Económico e Financeiro de Viabilidade da Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água, dos Sistemas de Drenagem de Águas Pluviais e da Recolha de Resíduos Sólidos Domésticos nos referidos Municípios", sendo que a repartição dos encargos será feita do seguinte modo: 20% do valor será imputado, em partes iguais, aos Municípios de Coimbra, Condeixa-a-Nova, Mealhada e Miranda do Corvo; Os restantes 80% dos custos serão imputados na proporção do número de habitantes dos Municípios de Coimbra, Condeixa-a-Nova, Mealhada e Miranda do Corvo nos Censos 2021, ou seja, 74,7%, 8,8%, 10,2% e 6,3%, respetivamente.

OUTROS

Deliberação n.º 1727/2023 (Processo 75704):
Processo Disciplinar N.º 2023/500.20.300/17
Arquivados os autos do processo disciplinar em que é arguido o trabalhador indicado no processo disciplinar [que beneficia da Amnistia estabelecida no regime previsto no artigo 6.º , conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º ambos da Lei n.º 38-A/2023, de 02 de agosto (Estabelece um Perdão de penas e uma amnistia de infrações por ocasião da realização em Portugal da Jornada Mundial da Juventude)], tendo em conta a proposta formulada pela instrutora do processo.

Deliberação n.º 1728/2023 (Processo 76570):
Processo Disciplinar N.º 2 – SG – 2022
Arquivado, nos termos do n.º 4 do artigo 197.º e do n.º 1 do artigo 213.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), o Processo Disciplinar n.º 2 – SG – 2022, com fundamento no artigo 6.º da Lei n.º 38-A/2023, de 2 de agosto, tendo em conta a proposta formulada pela instrutora do processo.

Deliberação n.º 1729/2023 (Processo 75193):
Processo Disciplinar n.º 2023/500.20.300/15
Arquivados os autos de processo disciplinar em que é arguido o trabalhador indicado no processo disciplinar [que beneficia da Amnistia estabelecida no regime previsto no artigo 6.º, conjugado com a alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º, ambos da Lei n.º 38-A/2023, de 02 de agosto (Estabelece um Perdão de penas e uma amnistia de infrações por ocasião da realização em Portugal da Jornada Mundial da Juventude)], tendo em conta a proposta formulada pelo instrutor do processo.

Deliberação n.º 1730/2023 (Processo 76250):
Processo Disciplinar N.º 1 – SG – 2022
Arquivado, nos termos do n.º 4 do artigo 197.º e do n.º 1 do artigo 213.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), o Processo Disciplinar n.º 1 – SG – 2022, com fundamento no artigo 6.º da Lei n.º 38-A/2023, de 2 de agosto, tendo em conta a proposta formulada pela instrutora do processo.

Deliberação n.º 1731/2023 (Processo 75355):
Requerimento acerca da sanção aplicada no procedimento disciplinar n.º 1/2021
Alterada, em cumprimento da Lei n.º 38-A/2023, de 02 de agosto, e nos termos do disposto no n.º 4 do artigo 197.º da Lei Geral de Trabalho em funções públicas (LTFP), a Decisão já tomada por deliberação n.º 1584/2023, de 21 de agosto, nos seguintes termos: Declarar amnistiadas as duas infrações - à luz dos artigos 6.º e da alínea b) do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 38-A/2023, de 02 de agosto, bem como do n.º 2 do artigo 128.º do Código Penal (com as devidas adaptações) - que não constituíram crime, para as quais foram aplicadas duas sanções de suspensão por 70 (setenta) dias, cada, com cessação da execução das respetivas penas e dos seus efeitos; Manter as sanções aplicadas ao trabalhador pelas duas (restantes) infrações disciplinares que constituíram, simultaneamente, a prática de ilícito penal (crime de abuso de poder), por não beneficiarem do instituto da Amnistia, a que correspondem o total de 180 dias de suspensão (em execução desde o dia 11 de setembro de 2023).